JOSIER M. VILAR

Presidente da ACRJ

O Brasil e uma nova oportunidade de futuro

A eleição presidencial que reelegeu Luiz Inácio Lula da Silva para mais quatro anos, contrariando a maioria das projeções dos institutos de pesquisa, carrega um simbolismo especial. Ela foi marcada pelo encontro de duas gerações que ofereceram uma extraordinária demonstração de cidadania.

De um lado, idosos que, mesmo enfrentando dificuldades de locomoção, fizeram questão de comparecer às urnas. De outro, uma juventude que voltou espontaneamente às ruas, mobilizando multidões em defesa da democracia, da justiça social e do Estado de Direito.

Foi emocionante testemunhar e participar dessas manifestações. Ver tantos jovens, aparentemente distantes da política, retomarem a mobilização, o debate e o compromisso com o futuro do país, fez renascer em mim a esperança de um Brasil melhor.

Independentemente do resultado das urnas, esse despertar da cidadania já representa uma importante conquista da sociedade brasileira.

Esta eleição mudou a face do país e ampliou significativamente a responsabilidade do presidente reeleito.

Lula terá o desafio de governar para todos os brasileiros, inclusive para aqueles que não votaram nele. Em uma sociedade tão plural, a construção de consensos pode ser difícil, mas é indispensável respeitar as diferenças, qualificar os dissensos e reconstruir um ambiente político baseado na confiança, na estabilidade e no diálogo.

O Brasil precisa transformar essa esperança renovada em prosperidade econômica, desenvolvimento sustentável e avanços sociais concretos.

Isso significa garantir segurança para que todos possam exercer o direito de ir e vir; gerar empregos e oportunidades; oferecer um ambiente saudável e previsível para os negócios; modernizar a gestão pública; controlar os gastos públicos, incorporar novas tecnologias e métodos digitais à educação, valorizando os professores; assegurar acesso equânime e oportuno ao diagnóstico e ao tratamento de doenças; investir em energia limpa e mobilidade urbana de qualidade; e preservar nossas riquezas naturais, estimulando sua transformação em desenvolvimento dentro do próprio país.

Acima de tudo, é preciso compreender que os direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988 não são conquistas abstratas. Eles se concretizam no acesso à saúde, na proteção aos mais vulneráveis, na liberdade de expressão, no direito ao voto e na participação de cada cidadão nas decisões que definem o destino do país.

A democracia não se esgota nas urnas. Ela se fortalece no respeito às diferenças, na independência das instituições, na liberdade de pensamento e na capacidade de transformar divergências em soluções para os problemas da sociedade.

O exemplo dado por jovens e idosos nesta eleição não pode ser desperdiçado. Mais do que eleger um presidente, milhões de brasileiros demonstraram que desejam participar da construção de um país livre, democrático, próspero e socialmente mais justo.

Cabe agora ao presidente Lula corresponder a essa esperança, superar a polarização e liderar um projeto nacional que una desenvolvimento econômico, responsabilidade social e fortalecimento das instituições democráticas.

A eleição terminou. É hora de transformar a esperança em realizações.

Que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteja à altura dessa responsabilidade e não decepcione os brasileiros.

Que Deus o proteja diante desse grande desafio.

Viva a democracia!

PAULO JOSÉ CUNHA

Jornalista, professor e escritor

Flávio Bolsonaro, um pobre fugitivo injustiçado

Flávio Bolsonaro, como se diz brincando lá no Piauí, queria fazer um giro e terminou fazendo um jirau. Ou alguém aí, inclusive entre os milhões que votaram nele, acredita que só porque foi derrotado nas urnas ele se tornaria automaticamente um perseguido político? Perseguido, sim, mas pela polícia, pela carrada de denúncias de corrupção e ladroeira de todpos os tipos possíveis, pelas quais terá de responder na justiça. Aliás, deixa eu me corrigir logo, antes que alguém o faça: haverá sim, e muitos, os que acreditarão na versão delirante de que o "líder" da direita, é uma vítima dessa "esquerda comunista e corrupta". E por isso, heroicamente saiu do Brasil para buscar abrigo num país sério, governado por um presidente honesto que lhe oferece providencial exílio. E não permaneceu aqui, onde um "comunista corrupto" acaba de fraudar uma eleição para se manter no poder. Como não acreditar nessa versão da fraude, se o presidente da nação mais poderosa do planeta foi quem fez essa afirmação?

A fuga de Flávio Bolsonaro apenas confirma os traços de seu péssimo caráter. E do caráter da família como um todo. E que família! O pai está preso por tentativa de golpe. O outro filho igualmente fugiu para os Estados Unidos onde vive nababescamente, provavelmente com a dinheirama obtiva de Daniel Vorcaro a pretexto de financiar uma biografia panegírica do pai. Agora, o ex-candidato a presidente pega um jatinho pertencente sabe-se lá a quem e igualmente toca pros States. Vale lembrar que o Eduardo Bolsonaro, que já mora lá há muito tempo, teve o mandato de deputado federal cassado por excesso de faltas e perdeu o emprego na Polícia Federal por abandono de emprego. Além disso, está condenado a 4 anos de prisão. E é acusado de interferir junto ao governo de Donald Trump para criar um clima de instabilidade ao promover retaliações contra ministros do STF e o seu próprio país. Eduardo fez de tudo e algo mais para impedir a condenação do pai pela tentativa de golpe de estado. Sem falar na interferência, junto com o irmão também fugitivo Flávio Bolsonaro, para a aplicação por Trump de tarifaços contra produtos brasileiros, que tiveram e continuam tendo fortes impactos negativos na economia nacional.

O que torna todo esse imbróglio mais repugnante e assustador é que tanto Flávio como Eduardo podem ser considerados, sem retoques, agentes do governo norte-americano "infiltrados" no Brasil, condição que os torna automaticamente suspeitos por ações de lesa-pátria. Na condição de senador, portanto com imunidade parlamentar e como detentor de foro privilegiado, é óbvio que Flávio estava protegido e vivia tranquilo, pois não corria riscos de processo ou de cadeia. Mas como daqui a três meses perde o mandato de senador e não foi eleito presidente da república, torna-se um cidadão igual a qualquer outro, portanto sujeito a processos e condenações pelos diversos delitos de que é acusado, muitos deles com provas robustas de sua participação e do usufruto dos milionários lucros ilegais obtidos em operações fraudulentas. Mesmo assim, a horda bolsonarista não via nele qualquer traço do miliciano corrupto e ocioso que sempre foi. E não por outra razão recebeu votação superior à de Lula no primeiro turno e por pouco não o derrotou no segundo, pois obteve apenas pouco menos de 3 por cento dos votos dados a Lula.

Sua fuga, que já estava planejada há muito tempo, apenas comprova o caráter desprezível de que é dotado. E da ausência de qualquer traço de respeito à democracia, que ele despreza tanto que nem esperou esfriar o sangue e já bandeou-se para os Estados Unidos onde sabe que pode contar com o apoio de Donald Trump para continuar, junto com o irmão, conspirando contra os interesses nacionais.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV.

Quem sabe votar?

Se tem uma coisa que me incomoda é ouvir alguém questionar a inteligência de outra pessoa por causa do candidato em quem ela votou. Na eleição presidencial do último domingo, vencida por Lula, não foi diferente. Parece que, para muita gente, a capacidade de raciocinar dos brasileiros depende de onde eles apertaram o botão da urna.

Não é de hoje. Em 2014, tivemos a fase dos "coxinhas" e dos "mortadelas". Uns apoiavam Aécio Neves, do PSDB; outros, Dilma Rousseff, do PT. Mais de uma década depois, os apelidos mudaram, e o desprezo aumentou. Agora há quem chame o outro de "gado", "petralha" ou "pobre de direita", entre tantos rótulos usados para desqualificar quem pensa diferente.

Nas eleições de 2018, entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, perdi amigos por divergências políticas. Sinto falta de vários deles. Foram relações que não resistiram àquele período de polarização. Hoje, olhando para trás, me pergunto se todas aquelas discussões precisavam ter terminado daquela maneira.

Naquele ano, a agência Lupa, em parceria com pesquisadores da USP e da UFMG, analisou as 50 imagens mais compartilhadas em 347 grupos públicos de WhatsApp durante o primeiro turno. Apenas quatro eram comprovadamente verdadeiras. Algumas das brigas que me custaram amigos talvez tenham começado com uma mentira encaminhada por mensagem.

Oito anos depois, uma pesquisa do Instituto Informa, divulgada em julho, mostrou que 52,7% dos entrevistados já romperam ou reduziram o contato com amigos ou familiares por causa de política. As eleições terminam, mas nem sempre as relações se recompõem.

A saudade e a tristeza provocadas por esses afastamentos também afetam a saúde mental e podem durar muito mais do que uma campanha. E continuamos discutindo não apenas o que as pessoas pensam, mas se elas são capazes de pensar.

O preconceito fica pior quando o alvo é uma região inteira do país. Depois do primeiro turno deste ano, um levantamento da Ativaweb DataLab identificou cerca de 27 milhões de menções, links e compartilhamentos com críticas ao voto dos nordestinos nas redes sociais, em apenas três dias. Entre as manifestações, reapareceram velhos estereótipos sobre o eleitor nordestino. É curioso que o voto de milhões de brasileiros seja tratado como expressão legítima da democracia apenas quando coincide com a preferência de quem o julga.

O desprezo também vem da esquerda, quando o eleitor evangélico ou o trabalhador que vota na direita é tratado como alguém manipulado, incapaz de saber o que é bom para si.

Durante mais de um século, brasileiros analfabetos foram impedidos de votar. A restrição foi estabelecida pela Lei Saraiva, de 1881, e só terminou em 1985. Nesse período, saber ler era condição para exercer um direito político fundamental. E os mais prejudicados eram justamente aqueles para quem o próprio Estado não havia garantido acesso à escola.

Minha avó materna, Dona Judith, passou a vida ensinando conterrâneos a ler no sertão da Paraíba. Estudou apenas até o antigo primário e nunca teve diploma universitário. Ainda assim, foi a mulher mais inteligente que conheci na vida.

Mesmo cursando um doutorado ligado à área política, eu sei que minha opinião não vale mais do que a do seu João da padaria. Na urna, os dois votos pesam exatamente o mesmo, e é assim que deve ser. Seu João chegou às conclusões dele pelo caminho que a vida lhe deu. Posso discordar, posso argumentar, mas não tenho o direito de tratá-lo como alguém incapaz de decidir por conta própria.

Não sei em quem o seu João votou no domingo, e não preciso saber para respeitá-lo. É isso que falta em nossas discussões políticas: reconhecer que ninguém sabe tudo e que o conhecimento não pertence exclusivamente a quem pensa como nós.